

TJ Criança Abriga: abraça essa ideia

Há 10 anos, o TJ Criança Abriga acolhe e proporciona condições para o desenvolvimento integral de crianças, de três a seis anos, que passaram por situações de maus tratos, convivência com drogas, violência e outros problemas de risco pessoal e social. A organização filantrópica, que foi criada por um grupo de servidores da ativa e aposentados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), está passando por uma série de dificuldades. Saiba como ajudar.

Páginas 6 e 7

Renata Mendes

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - MARÇO - 2010
ANO 16 - NÚMERO 147



O futuro começa aqui e agora

Os atendimentos no Centro de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) revelam: 87% são do sexo masculino; 33,37% são negros, 38,77%, pardos e 20,44% são brancos; 80% deles não trabalham; 43% residem com a mãe, enquanto 39% moram com o pai e a mãe; 2% residem nas ruas e 5%, com outros familiares, como avós, tios e irmãos. Os dados se referem ao período de janeiro a dezembro de 2009, quando foram atendidos 9.636 adolescentes, uma média de 803 por mês.

A maioria deles está entre a 5ª e a 8ª séries: 4% (282) não estudam e 0,2% (13) são analfabetos. Quanto às decisões judiciais, 41,8% são casos de arquivamento, remissões extintivas e extintivas com advertência. Remissões suspensivas cumuladas com prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida somam 22,3% dos casos. As internações provisórias somam 18,4%, sendo que 4,4% dos adolescentes não compareceram à audiência preliminar. A taxa de reincidência é de 24%, com entradas que variam de duas a dez vezes.

Com relação aos atos cometidos, o uso e tráfico de drogas correspondem a 44,5% das infrações em 2009. O furto representa 10% dos atos, seguido do roubo com 9,9%. O índice de homicídio é de 0,5%, e a tentativa de homicídio ficou em 0,2%.

No aniversário de um ano de instalação do Centro, a juíza Valéria da Silva Rodrigues, presidente do Conselho Gestor do CIA-BH, enfatizou a importância de se desfazer o mito da impunidade e da alta periculosidade do adolescente. No CIA, as várias instituições atuam de forma integrada, para dar uma resposta imediata e efetiva. Dessa forma, os adolescentes percebem, rapidamente, as consequências dos seus atos, podendo-se reverter a situação.

Por trás da criminalidade, existem questões graves – desigualdade social; desestrutura familiar; cultura do consumismo e do lucro, em detrimento do bem-estar da coletividade; falta de valores, objetivos e limites. Outro agravante é a banalização do mal e da violência, reforçada pela mídia, jogos eletrônicos e outros canais, acessíveis àqueles que ainda estão em formação, aliado ao pouco investimento em educação, saúde e em políticas sociais. Somados todos esses “ingredientes”, é difícil conceber um mundo diferente.

Frei Betto, em sua coluna no jornal “Estado de Minas” (18/02/2010), citou dados do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade: “em 2007, existiam no Brasil 10,7 milhões de indigentes (ou seja, famintos) e 46,3 milhões de pobres (ou seja, sem acesso às necessidades básicas: alimentação, habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte e lazer, entre outras)”. Transformar a realidade de crianças e adolescentes exige cuidado especial das instituições públicas e da sociedade – as estatísticas são uma radiografia das condições sociais.

Sendo assim, é com otimismo que se percebe a conjugação de esforços para o funcionamento do CIA-BH, reunindo Judiciário, Executivo, por meio da Secretaria de Defesa Social, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar. Também a iniciativa de servidores da Justiça, ao criar o TJ Criança Abriga, demonstra empenho em buscar soluções, com a necessária atenção a essa camada vulnerável da sociedade. O futuro das crianças e adolescentes está nas mãos da administração pública, sim, mas, também, depende de todas as pessoas de boa vontade, que conseguem fazer diferente, superando o individualismo.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

Leite Praça toma posse como desembargador

André Leite Praça tomou posse, no dia 22 de fevereiro, no cargo de desembargador do TJ, passando a integrar a 7ª Câmara Cível. O então juiz da 6ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal da Capital foi promovido, no dia 10 de fevereiro, por merecimento. Ele ocupa a vaga do desembargador aposentado José Francisco Bueno. Na foto, o presidente Sérgio Resende, o desembargador Leite Praça e o secretário da Corte Superior do TJ, Wagner Mendes.

Renata Mendes



EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG
Presidente: Sérgio Antônio de

Resende;

1º Vice-Presidente: Carreira Machado;

2º Vice-Presidente: Herculano

Rodrigues;

3º Vice-Presidente: Márcia Milanez;

Corregedor-Geral: Célio César

Paduan; Superintendentes de

Comunicação: Alexandre Victor de

Carvalho e Antônio Armando dos Anjos;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; Secretária do

Presidente: Sidneia Simões; Assessor

de Comunicação Institucional:

Ronaldo Ribeiro; Gerente de

Imprensa: Wilson Menezes; Editoras e

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadete Dias - RP nº 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP nº MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Melillo e Ione

Bernadete Dias; Design Gráfico:

Carlos Eduardo Miranda; Fotolito e

Impressão: CGB Artes Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Tribunal tem nova direção

Fotos: Rossana Magri



Os desembargadores Alvim Soares e Audebert Delage tomam posse, em 30 de junho, nos cargos de corregedor e vice-corregedor-geral de Justiça, respectivamente



Rossana Souza

Os desembargadores Herculano Rodrigues, Márcia Milanez e Carreira Machado ocupam, respectivamente, a 2ª, a 3ª e a 1ª Vice-Presidência do TJMG

Francis Rose

Em eleição realizada no último dia 22 de fevereiro, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) escolheram os magistrados que ocuparão os cargos de direção da Casa nos próximos mandatos. O desembargador Cláudio Costa sucederá o atual presidente, Sérgio Resende, que se aposenta em junho. As Vice-Presidências do Tribunal, a partir deste mês, passaram a ser ocupadas pelos desembargadores Carreira Machado, Herculano Rodrigues e Márcia Milanez. A Corregedoria-Geral de Justiça terá à frente, a partir de 30 de junho, o desembargador Alvim Soares, que será, como vice-corregedor, o desembargador Audebert Delage.

"A expectativa é boa e já tenho alguns projetos em mente", adiantou o 1º vice-presidente, desembargador Carreira Machado. A 2ª Vice-Presidência, responsável pela superintendência da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), está a cargo do desembargador Herculano Rodrigues. "Quem vai traçar as diretrizes para a Ejef é o presidente do Tribunal. Inicialmente, trabalharemos com o desembargador Sérgio Resende, que tem tido uma gestão brilhante. Em seguida, daremos continuidade ao trabalho com Cláudio Costa, que é um magistrado com grande experiência", disse.

Herculano Rodrigues adiantou o desejo de dar a devida ampliação aos projetos da Ejef que mais contribuem para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Destacou ainda a preocupação com a formação de juizes capacitados, não apenas do ponto de vista jurídico, mas também filosófico, sociológico e humanístico.

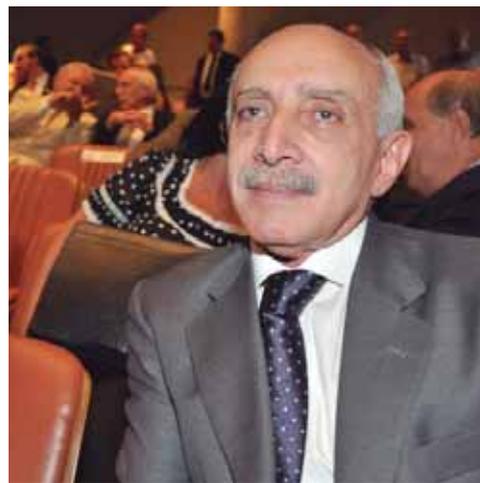
Projetos Inovadores

Márcia Milanez é a nova 3ª vice-presidente, responsável pelos projetos inovadores do TJMG. "Quero dar atenção aos Juizados e à conciliação. Também pretendo trabalhar para o aumento do número de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs)", adiantou a magistrada. Ela disse que ser a primeira mulher a ocupar um cargo de direção no Tribunal representa uma grande responsabilidade, para a qual ela se sente preparada.

O futuro corregedor-geral de Justiça, desembargador Alvim Soares, atualmente ocupa o cargo de vice-corregedor. Ele afirmou que pretende atuar com o mesmo bom senso e ponderação que foram características da gestão dos últimos corregedores-gerais: "Pretendo trabalhar com esmero, dispensando o apoio da Corregedoria a todos os colegas que precisarem".

Como o cargo de vice-corregedor-geral de Justiça não é de direção, o desembargador Audebert Delage não deve se afastar de suas atividades jurisdicionais. "A modernidade na administração do Tribunal favorece um compartilhamento da agenda do corregedor, para que o vice esteja sempre atualizado com os assuntos da Corregedoria, estando apto a substituí-lo quando necessário", disse.

O desembargador Cláudio Costa sucederá o atual presidente, Sérgio Resende, que se aposenta em junho



Presidente-eleito do TJ, desembargador Cláudio Costa

Justiça gratuita:

demanda gera problemas orçamentários

O cidadão brasileiro de baixa renda conta com uma importante garantia: a assistência judiciária. O benefício está previsto na Lei 1.060, de 1950, que concede ao necessitado a isenção do pagamento de custas do processo e dos honorários de advogado. Considera-se necessitado, segundo a lei, o indivíduo “cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.”

Em Minas, a justiça gratuita vem sendo garantida a uma grande parcela de jurisdicionados, fator que, sem dúvida, é benéfico ao cidadão carente. Entretanto, esse mesmo cidadão vem sendo prejudicado, antagonicamente, pelo próprio benefício, que tem pressionado o orçamento anual do Tribunal para garantir o crescimento da demanda. Um dos prejuízos ao jurisdicionado é o atraso na realização de perícias médicas em ações cíveis, por escassez de recursos do Estado para arcar com custos dos processos em que é concedida a justiça gratuita.

Levantamentos

Levantamento realizado pela Secretaria-Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag) mostra que cerca de 40 mil processos em que houve a concessão do benefício estão paralisados por falta de verbas para pagamento de perícias. O TJMG está envidando esforços para obter do Poder Executivo verbas para a solução desse problema.

Outro levantamento da Seplag mostra que, do total de mandados emitidos na 1ª Instância em todo o Estado, no período de janeiro a dezembro de 2008, apenas 15% foram pagos pelas partes. Cerca de 50% foram emitidos sob o pálio da assistência judiciária, significando que foram custeados pelo TJ, e os demais foram diligências do juízo, que também são custeadas pelo TJ.

Em abril de 2009, cerca de 8 mil processos de investigação de paternidade se encontravam paralisa-

dos, uma vez que não havia verba para a realização de exames de DNA, requeridos por meio da justiça gratuita. Esse problema foi solucionado através de convênio realizado entre o TJ e a Secretaria de Estado de Saúde, que assumiu o custo dos exames represados e de um número significativo de exames mensais, a fim de se evitar novo represamento (ver matéria da página 8).

O benefício está previsto na Lei 1.060/50, que concede ao necessitado a isenção do pagamento de custas do processo e dos honorários de advogado

Jurisprudência

Na jurisprudência, há interpretações diferentes para a concessão da justiça gratuita. O entendimento majoritário no Supremo Tribunal Federal e no TJMG é de que a simples declaração de pobreza da parte é suficiente para a concessão, com base no artigo 4º da Lei 1.060/50. Há entendimento minoritário de que, segundo o artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, o estado de necessidade do requerente deve ser comprovado.

Atualmente, existem cinco projetos de lei na Câmara dos Deputados que visam modificar a Lei 1.060. Quatro deles propõem a comprovação do estado de pobreza para a concessão da justiça gratuita (Projetos de Lei 3.012/2004, 6.932/2006, 3.843/2008 e 5.118/2009).

No Projeto de Lei 3.843/2008, de autoria do ex-deputado Barbosa Neto, a justificativa é de que há “malversação da Lei por parte daqueles que, capazes de suportar os custos forenses, (...) valem-se da assistência judiciária aos necessitados para as isenções concedidas pela legislação específica”. O deputado sustenta que há abusos e acrescentou, em seu projeto, penalização diferenciada no caso de primeira ocorrência ou reincidência do uso da lei para obter indevidamente o benefício.



CIA e PAI-PJ comemoram bons resultados

Thais Paiva

Neste ano de 2010, o TJMG comemora o sucesso de dois programas de inserção social. O Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) completou um ano em fevereiro e o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental Infrator (PAI-PJ) festeja, neste mês de março, dez anos de atuação.

O CIA põe em prática medidas determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), realizando uma justiça instantânea, e promovendo o efetivo e rápido atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Conforme a juíza da Vara Infracional da Infância e da Juventude, Valéria Rodrigues, o Centro visa garantir a responsabilização dos adolescentes, prevenindo a repetição dos atos, além de reinserir o adolescente no convívio familiar e social e, sobretudo, diminuir os índices de criminalidade na comarca de Belo Horizonte. Em 2009, o Centro atendeu 9.636 adolescentes, cerca de 800 por mês. Dos jovens atendidos, 24% eram reincidentes.

O PAI-PJ tem como meta fazer o acompanhamento jurídico, social e clínico dos casos dos portadores de sofrimento mental que cometeram algum tipo de

crime. Desde a inauguração, o programa solucionou 755 casos, sendo que o índice de reincidência é de apenas 2%, em crimes de menor gravidade.

Aniversário

No dia 9 de fevereiro, um evento na sede do CIA-BH comemorou seu primeiro ano de funcionamento. Na oportunidade, foram lançados um vídeo e uma cartilha que explicam o funcionamento do programa.

Estavam presentes na solenidade o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende; o corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani; o então secretário de Estado de Defesa Social, Maurício Campos Júnior; o promotor titular da Infância e da Juventude, Lucas Rolla; o subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, Ronaldo Pedron; o defensor público Aylton Magalhães, a delegada-geral da Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (Dopcad), Olivia Melo; e o comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, tenente-coronel Aryone Júnior.

Solenidade na sede do CIA-BH celebrou seu primeiro ano de funcionamento

PAI-PJ

O PAI-PJ celebrou, no dia 9 de março, dez anos de trabalho. Na programação do evento estavam atividades como exposição de arte, com quadros e esculturas que retratam a luta pelos direitos dos portadores de sofrimento mental; o lançamento do vídeo institucional do programa; apresentações de teatro e música.

De acordo com a coordenadora do programa, Fernanda Otoni, uma das metas deste ano é divulgar o programa em todo o território nacional. Com esse objetivo, a metodologia do PAI-PJ será abordada durante a II Conferência Nacional em Saúde Mental, que será realizada em junho, em Brasília.

O PAI-PJ funciona na Avenida Francisco Sales, 1.446, no bairro Santa Efigênia



Seu apoio pode resgatar vidas

Soraia Costa

O TJ Criança Abriga acolhe e proporciona condições para o desenvolvimento integral de crianças, de três a seis anos, que passaram por situações de maus tratos, convivência com drogas, violência, abuso sexual, mendicância e outros problemas de risco pessoal e social. A organização filantrópica foi criada por um grupo de servidores da ativa e aposentados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e sempre precisa de pessoas dispostas a apoiar o projeto.

O fundador Itamar de Carvalho Ribeiro conta que, há 10 anos, fazia um trabalho de apoio a abrigos, mas constatou que muitos deles eram desestruturados. Por isso, surgiu a ideia de criar um novo local com outro conceito de organização. "Tivemos a oportunidade de utilizar a casa cedida pelo Centro Espírita Bezerra de Menezes, no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Nós reformamos o local, elaboramos o estatuto e começamos a receber as crianças encaminhadas pelo Juizado", conta Itamar, que é dentista do TJMG.

O Conselho Tutelar encaminha as crianças para os abrigos, e o Juizado da Infância e Juventude do TJMG avalia as condições familiares da criança acolhida, para verificar se houve melhorias para que ela possa voltar à família de origem ou extensa – que inclui avós, tios ou irmãos que sejam pelo menos 16 anos mais velhos que a criança.

Abrigo

Quando o Juizado conclui que a criança não deve voltar para o convívio familiar, ela é encaminhada para adoção. Como o processo pode levar até dois anos, durante esse tempo a criança mora no abrigo. Lá, elas têm seus quartos, brincam, recebem assistência à saúde, cuidados com a higiene, atendimento psicológico, pedagógico e frequentam a escola.

"Aqui funciona como uma casa, as crianças também têm as suas obrigações. Guardam os brinquedos, os mais velhos cuidam dos mais novos...", conta a psicóloga Maria Isabel de Castro, que é uma das responsáveis pela rotina das crianças. Diariamente, ela acompanha o desenvolvimento social e psicológico dos acolhidos e envia seus relatórios ao Juizado da Infância e da Juventude a cada seis meses.

A maioria dos acolhidos no abrigo conta com padrinhos e madrinhas que contribuem para a socialização da criança. São pessoas registradas no Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam), que oferecem às crianças uma convivência familiar e social durante os finais de semana e feriados. Para ser padrinho ou madrinha, é preciso ser maior de 18 anos e ter 10 anos a mais do que o menor apadrinhado.

Dificuldades

A assistente social Flávia Figueiredo, coordenadora do TJ Criança Abriga, explica que o abrigo está passando por um momento difícil, porque as orientações técnicas de 2009, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), exigem a contratação de novos profissionais para trabalhar com as crianças. Mas, para isso, é preciso aumentar a receita que, atualmente, não é suficiente para cobrir todas as despesas. "Nosso trabalho só pode ser desenvolvido porque há o apoio dos servidores do TJMG, a nossa principal fonte de renda vem da contribuição deles", avalia.

Por falta de recursos, o TJ Criança Abriga não pode receber as 15 crianças que teria capacidade para abrigar e corre o risco de fechar. Atualmente, nove crianças recebem o cuidado da equipe composta por quatro educadores que se revezam durante o dia e à noite, um monitor, um funcionário responsável pelos serviços gerais, uma psicóloga e a coordenadora. O presidente da instituição é o servidor do TJMG Júlio César Massensini, que doa parte do seu tempo para o trabalho voluntário.

Quem quiser ajudar o abrigo pode participar de diversas formas. O servidor pode tornar-se um associado contribuinte, autorizando desconto em folha, ou através de depósito no Banco do Brasil (agência 1586-5, conta 24000-1); fazer doação de alimentos, brinquedos, roupas, móveis e outros utensílios; doar parte do Imposto de Renda, por meio do Fundo Municipal da Criança; fazer um trabalho voluntário no TJ Criança Abriga ou apadrinhar uma criança.



Fotos: Renata Mendes

As crianças recebem atendimento psicopedagógico e frequentam a escola

Por falta de recursos, o TJ Criança Abriga não pode receber as 15 crianças que teria capacidade para abrigar e corre o risco de fechar

e das



■ A casa abriga, atualmente, nove crianças

Minha vida no TJ Criança Abriga

“Eu fui para o TJ Criança Abriga com três anos de idade. Conheci várias pessoas, principalmente a Glória, Ione, Michele e Johann, que eram como nossa mãe e pai, conheci também meus amigos que moravam lá. Nós éramos como uma grande família, mas todos nós já sabíamos que cada um seria adotado por alguma família. Aí apareceu a Marli na minha vida e foi uma grande emoção, porque eu sabia que teria uma família e eu adoro todos aqui porque me tratam como sua filha, sobrinha e prima. A minha vida mudou muito porque hoje faço aula de canto, de teclado, de inglês e também vou à igreja, à praia e, ainda por cima, de avião. Eu adoro todos esses passeios e esses cursos. Eu estou adorando ficar aqui, minha vida mudou mil por cento. Quando eu vou dormir, eu agradeço primeiro a Deus e, depois, a meu pai e minha mãe por eu estar crescendo com saúde e na presença do Senhor”.

Depoimento de R.R.G., 12 anos, que foi adotada aos seis

O servidor do TJMG que queira contribuir com qualquer quantia, através de desconto na folha de pagamento deve mandar, via malote, para a Coordenação de Processamento de Pagamento (Copag), as seguintes informações:

Eu _____,
setor _____, autorizo
descontar do meu pagamento, mensalmente,
o valor de R\$ _____
para o TJ Criança Abriga.

(Assinatura e número da matrícula)

Para mais informações:
(31) 3461-5868

Exames de DNA agilizam reconhecimento de paternidade

Luciana Coelho

O projeto Pai Presente, convênio entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Saúde (SES) para financiar os exames de DNA destinados à população carente, já ultrapassou 200 laboratórios credenciados no interior, e possui mais 97 em fase de negociações. Em 2009, eram 90 laboratórios. Até dezembro do ano passado, foram realizados 2 mil exames de DNA, com prioridade para as requisições em processos da Meta 2 (distribuídos até o final do ano de 2005).

Em Belo Horizonte, na região metropolitana e em algumas comarcas do interior, os exames são realizados pelo Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (Nupad), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O recebimento e o envio de ofícios e resultados dos exames são feitos por um posto do Nupad, que funciona dentro do Fórum Lafayette. O juiz Reinaldo Portanova, que está à frente do projeto Pai Presente, diz que está em andamento a instalação, no Fórum Lafayette, de um posto da

UFMG para coleta de amostras durante a realização das audiências para as varas da Capital e região metropolitana de Belo Horizonte.

De acordo com o defensor público Silvio Antônio Moreira, o projeto Pai Presente agilizou os processos de reconhecimento de paternidade. "Na primeira audiência, as partes se dispõem a fazer a coleta de sangue. Depois, com o resultado do exame, não é necessário realizar outros procedimentos, como oitiva de testemunhas ou juntar mais documentos para finalizar o processo", relata.

Segundo o magistrado Reinaldo Portanova, agora todos os exames de DNA requisitados pelo TJMG são realizados. Antes do projeto Pai Presente, havia um limite de 100 exames financiados pelo Tribunal e outros 200 pela SES.

No interior, conforme o juiz, o tempo entre a audiência para colher material para o exame de DNA e a outra, para divulgar resultado, é de quatro a seis meses, pois as partes recebem o comunicado através de intimação escrita, o que dificulta muitas vezes a localização das mesmas. Já em Belo Horizonte, a intimação é via telefone, por isso, o tempo é menor, entre três e quatro meses.

Resultado positivo

Depois de dois anos com um processo de reconhecimento de paternidade na 3ª Vara de Família da comarca de Belo Horizonte, a doméstica L.S.S. teve o caso resolvido. Em novembro de 2009, ela fez o exame de DNA gratuitamente através do projeto Pai Presente e, em janeiro de 2010, recebeu o resultado positivo na audiência de acordo. O porteiro A.A.L., agora reconhecido pai da menor S.S.S., não compareceu à audiência, mas, mesmo assim, foi feito acordo de 30% do salário mínimo, descontados na folha de pagamento do porteiro, para alimentos provisórios à filha, até que seja dada a sentença.

O projeto Pai Presente já possui mais de 200 laboratórios credenciados no interior e outros 97 em fase de negociação

Luciana Coelho



Audiência de reconhecimento de paternidade no Fórum Lafayette

Novos desafios na carreira

Rachel Barreto

O desembargador José Antonino Baía Borges encontra-se em um momento especial na carreira: ocupa, atualmente, a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) e aguarda o resultado de sua indicação, em lista triplíce, para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Junto ao sucesso profissional, guarda lugar em sua vida para as pessoas: "Gosto mesmo é de estar junto com meu pessoal, de sentar com meus amigos e conversar", afirma. Natural de Belo Horizonte, é bacharel em Direito e Letras, além de pós-graduado em Direito Público e doutor em Direito. Tornou-se juiz do Tribunal de Alçada em 1990 e chegou a ocupar a Presidência da Casa antes de integrar o TJMG, em 1998. Nesta entrevista, fala um pouco de sua carreira e de outros interesses além da magistratura.

O que eu gosto mais mesmo é de estar junto com meu pessoal, de sentar com meus amigos e conversar "

TJMG Informativo - O senhor assumiu em fevereiro a presidência do TRE. Quais serão os principais desafios ao longo de 2010?

JABB - A minha gestão será muito curta, de apenas cinco meses. Meu trabalho será, então, começar e levar a efeito o preparo para o principal evento deste ano, que são as eleições para renovar os quadros federais e estaduais do Executivo e do Legislativo.

TJMG Informativo - O senhor já atuou nas comarcas de Tombos, Ibiá e Sete Lagoas, antes de vir para Belo Horizonte. A experiência no interior contribuiu para a sua formação?

JABB - Fui muito feliz por conhecer regiões diferentes, do Leste mineiro, divisa com o Estado do Rio, ao outro extremo, o Alto Paranaíba, e, por último, a região central do Estado. Guardando as peculiaridades regionais, nós mineiros, no fundo, temos a alma mais ou menos igual, então não tive muitas dificuldades. Talvez a sorte maior tenha sido que gostei muito de todas as três cidades e tive a felicidade de ter me adaptado bem. Foi uma experiência muito boa, que todos nós, juizes de carreira, temos. Além disso, até meus 15 anos, residi no interior, em Pitangui e Formiga, das quais guardo boa e permanente lembrança.

TJMG Informativo - O senhor integra lista triplíce para o cargo de ministro do STJ. Quais suas expectativas, caso seja indicado pelo presidente Lula?

JABB - Essa era uma aspiração que eu nunca tinha tido de forma clara e nítida, mas, estimulado por amigos, eu tive a ousadia de pleitear a nomeação e tive a alegria muito grande de ter meu nome incluído na lista. Sem nenhuma falsa modéstia, acho que integrar a lista já é motivo de grande satisfação, de modo que estou tranquilo. Porque, não sendo nomeado, permaneço onde estou, no meu Estado, no meio da minha gente, do meu povo, dos meus colegas que eu prezo muito. Honestamente, se vier, é lucro; se não vier, não será nenhum prejuízo.

TJMG Informativo - Além de ser formado em Direito, o senhor é também formado em Letras. Este interesse continua presente em sua vida?

JABB - Sempre gostei e gosto muito de ler, de ir ao cinema e ao teatro. Quando eu estudava Direito, tive a ideia de fazer quase paralelamente o curso de Letras, no qual me formei dois anos depois. Hoje, infelizmente, não sobra muito tempo para esses *hobbies* fora do trabalho.

TJMG Informativo - Alguma preferência em especial nessa área?

JABB - Sempre tive muita dificuldade de dizer que tipo de música eu gosto, que tipo de livro. Não tenho uma preferência específica. Gosto, ou não, deste ou daquele livro, deste ou daquele filme, desta ou daquela música, independente do seu gênero.

Renata Mendes



Baía Borges ocupa, atualmente, a Presidência do TRE

Licitação trilha caminhos sustentáveis

Letícia Lima

"Licitações e contratações feitas pelo Poder Público estão cada vez mais ligadas à sustentabilidade. Essa tendência não é simples modismo, mas necessidade atual da vida". A afirmação é do vice-presidente do Grupo Gestor e superintendente de Implantação de Projetos do Programa Sustentabilidade Legal (PSL) do TJMG, juiz Jair Santana. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça vem desenvolvendo ações, como a troca de impressoras comuns pela Duplex, que permite a impressão frente e verso, redução da tiragem do *TJMG Informativo* e substituição do contracheque em papel pelo eletrônico.

Com a redução da tiragem do *TJMG Informativo*, que passou de 20 mil exemplares para três mil, houve sustentabilidade econômica e ambiental. O que, em 2008, custava aos cofres públicos R\$ 5,9 mil por mês, em junho de 2009, passou para R\$ 3,1 mil. Houve ainda economia com postagem. Gastavam-se com os Correios R\$ 11 mil por mês. Com o envio dos três mil exemplares via malote, o valor é inferior a R\$ 150.

Às vezes, uma ação nem chega a necessitar de licitação para que seja realizada. É o caso da área verde que fará parte do novo prédio do fórum de Santa Luzia, o Bosque do Judiciário Mineiro. Em uma parceria com a prefeitura local, o TJMG passará a cuidar da área verde, cedida pelo Município, que está no entorno da edificação, não havendo quase nenhum gasto para o Judiciário.

Avaliação

Segundo o coordenador Nilton Magalhães, da Gerência de Projetos do TJMG, esse projeto

de Santa Luzia é apenas um piloto, o primeiro de outros que estão por vir. Ele explica seu aspecto social: "Será criado um microambiente. Quanto mais área verde, mais áreas úmidas e, conseqüentemente, maior o conforto dos servidores e da comunidade ao redor".

Pode ocorrer que algum projeto seja financeiramente oneroso, pois nem sempre irá prevalecer o critério do menor preço em uma licitação. Antes de tudo é preciso uma avaliação, adverte Jair Santana. "Optar por um bem, serviço ou obra sustentável numa licitação pode ser (e é na maioria dos casos) uma solução onerosa do ponto de vista econômico. Mas, e se for? A preocupação é com o meio ambiente ou com os recursos financeiros?", indaga.

O magistrado lembra que são feitos estudos meticolosos pelo grupo do Programa Sustentabilidade Legal do TJMG, a fim de saber o que é melhor a curto, médio e longo prazos, para que não haja comprometimento do meio ambiente nem desperdício de dinheiro. "Para a economia de água, por exemplo, pensemos numa solução já disponível, como o sanitário a vácuo, presente em diversos aeroportos e *shopping centers* no Brasil. É muito mais caro que a solução tradicional, mas, em contrapartida, não utiliza água. No entanto, e a eletricidade que é gasta com o artefato?

Compensa?" E responde: "Somente estudos profundos poderão dar uma resposta mais satisfatória".

O juiz lembra ainda um outro questionamento frequente. "Quando me perguntam se o papel reciclado deve substituir o papel convencional, eu lembro que a resposta não pode ser simplista. O consumo de papel no TJ supera os R\$ 3,5 milhões/ano. Nós desenvolvemos estudos

que consideram todo o ciclo de vida desse objeto para, somente então, determinarmos os 'custos' respectivos. Somente depois disso tudo é que se poderá dizer se a opção A é melhor que a opção B", comenta.

Nilton Magalhães esclarece que estudos estão sendo feitos para que novos prédios do TJMG tenham mecanismos para desenvolver amplamente a sustentabilidade, como o novo projeto do Fórum de Contagem, que prevê infraestrutura apropriada para economizar principalmente recursos energéticos e hidráulicos.

Jair Santana reforça: "É importante destacar que o TJ possui uma visão não-reducionista do tema sustentabilidade. Essa não se limita ao meio ambiente. Nossas considerações vão além, para alcançar aspectos sociais, econômicos, culturais, dentre outros, num olhar verdadeiramente sistêmico, como é exigido pela condição humana".



TJ debate violência contra as mulheres

Luciana Coelho

No final de fevereiro, o Tribunal de Justiça, através da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), promoveu o VII Seminário Estadual de Assistentes Sociais do TJMG. Dentre vários temas discutidos no encontro, esses profissionais puderam debater a Lei Maria da Penha. Quem proferiu a palestra foi o juiz Relbert Chinaidre Verly, que atua no Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (CIM), na 13ª Vara Criminal de BH.

Na ocasião, o juiz destacou a importância do trabalho dos assistentes sociais para eficácia da aplicação da Lei Maria da Penha. O magistrado explicou os principais elementos necessários para embasar a decisão de um juiz que atua com a Lei Maria da Penha. Ele enfatizou que o relatório do assistente social judicial é de extrema importância para balizar o juiz na determinação das medidas protetivas necessárias para cada caso.

O CIM dispõe desse acompanhamento psicossocial, realizado por profissionais do TJ, e possui ainda parceria com o Hospital Risoleta Neves, vinculado à Secretaria de Defesa Social (Seds), que amplia esse serviço. De acordo com a desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto, o estudo psicossocial é estabelecido pela Lei Maria da Penha. "Socialmente, sofrer violência doméstica é uma humilhação muito grande para a mulher e, para que ela vença esse problema, é necessário atendimento especializado", afirma.

Medidas de proteção

Para obter as medidas de proteção, previstas na Lei Maria da Penha, o promotor de Justiça Marino Cotta Filho afirma que a mulher ameaçada ou agredida pelo marido



Valéria Queiroga

O juiz Relbert Chinaidre fez palestra sobre a Lei Maria da Penha para os assistentes sociais do TJ

ou companheiro precisa tomar medidas imediatas contra o agressor. "Deve providenciar ajuda junto a um dos órgãos do Estado, especialmente a Polícia Militar, pelo telefone 190, e em seguida procurar a Delegacia de Apoio à Mulher e a Promotoria de Combate à Violência Doméstica", explica.

De acordo com o promotor, a mulher que não toma atitude, seja perdendo ou aceitando de alguma forma aquela situação, acaba alimentando a violência contra si própria. "Quem aceita a violência matrimonial uma vez, é candidata a ser constantemente vítima desse crime", ressalta.

São medidas de proteção, dentre outras, a escolta policial e o abrigo. Conforme a desembargadora

Teresa Cristina da Cunha Peixoto, para obter esses benefícios, a vítima tem que sofrer uma agressão muito grave e apresentar provas cabíveis à Justiça, como fotos, indicar testemunhas, vídeos, entre outros.

Ela ainda informou que, no Brasil, não há abrigos especiais para essas mulheres, mas possui convênios com Organizações Não Governamentais (ONGs) que dispõem desse serviço.

Hoje a demanda do CIM corresponde a aproximadamente 22 mil processos ativos. E isso, segundo a desembargadora, gerou um grande problema, pois o espaço físico tornou-se insuficiente para atender a procura. "O CIM necessita de um local mais adequado para cumprir a meta estabelecida pelo TJMG, Ministério Público, Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Civil e a Seds, que é prestar um serviço mais rápido para atender e resolver o problema da mulher. O Governo estadual precisa entender que é uma questão relevante", pondera.

O CIM dispõe também de acompanhamento psicossocial realizado por profissionais do Tribunal de Justiça

Cinema polonês no Cineclube TJ

Ganhador do Prêmio Especial do Jûri de Cannes, em 1961, *Madre Joana dos Anjos*, filme do polonês Jerzy Kawalerowicz, é baseado em fatos reais acontecidos em Loudon, interior da França, no século XVII.

Religião, fanatismo e possessão em um convento de freiras, onde o padre Jozef é enviado com a missão de realizar exorcismo coletivo e livrar as religiosas, principalmente a madre superiora Joana, dos demônios que povoam a região.

Os questionamentos da fé, de doutrinas e dogmas religiosos atingem seu ponto alto

em uma conversa entre o padre e o rabino, quando é levantada a questão - "e se o mundo foi criado não por Deus, mas por Sata-nás?".

O filme não se assume como terror, nem procura efeitos fáceis do gênero. É o espectador quem irá perceber o perverso, o sinistro e o sobrenatural, em uma narrativa cheia de sutilezas e mensagens subentendidas.

Madre Joana dos Anjos é atração do Cineclube TJ, no dia 25 de março, às 19h, no auditório do Anexo II do Tribunal de Justiça - rua Goiás, 253, 3º andar, Centro, Belo Horizonte. A entrada é franca.

Semana da Poesia homenageia corregedor

O Espaço Cultural Fórum Lafayette, dentro do projeto Talento Forense Especial, promove, de 22 a 26 de março, a 3ª Semana da Poesia. Neste ano, o evento homenageia o corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, pelo conjunto de suas obras poéticas.

No dia 25 de março, às 19h30, será realizado o evento "A Poesia de Célio César Paduani", com a realização de um recital e duas palestras. O ator Geraldo Capeta irá declamar 15 poemas extraídos do livro "Antologia Poética", de autoria do homenageado. O professor, poeta e crítico Márcio Almeida irá proferir a palestra "Da Geração 60 - história e rumos". Depois, o professor, poeta e pesquisador de poesia e música

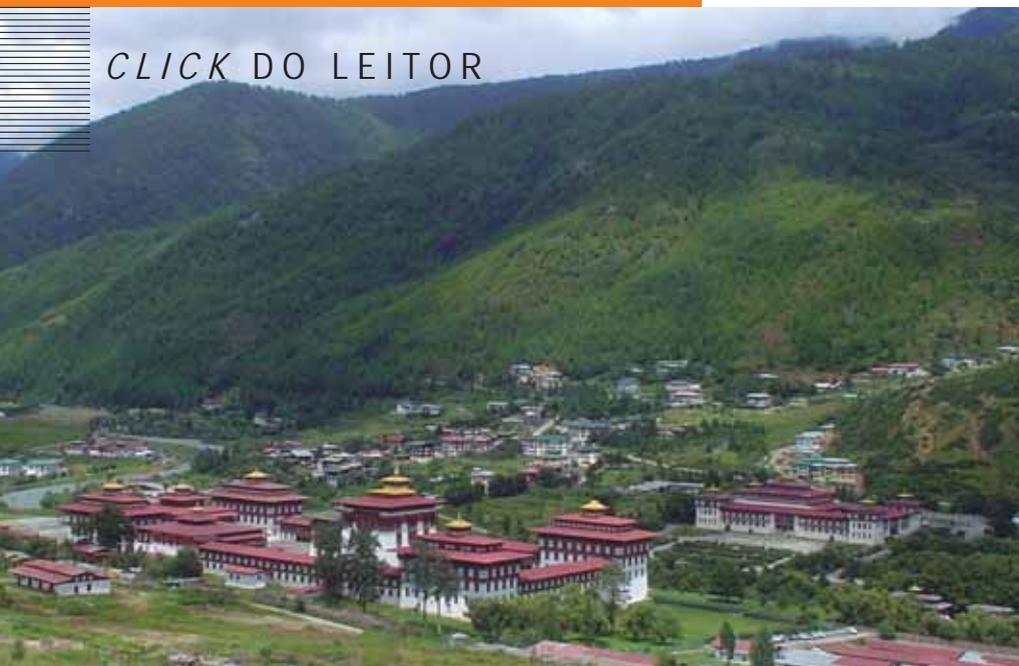


brasileira, Marcelo Dolabela, irá abordar o tema "Célio César Paduani - do Neconcretismo ao poema-objeto do cotidiano". Durante a palestra, será apresentada uma seleção de poemas, extraídos das obras "As palavras e as Coisas" e "Outros Poemas".

Durante a semana, os poemas dos magistrados e servidores serão expostos pelos corredores do Fórum. Todos esses poemas serão publicados no livro da 3ª Semana da Poesia, que será lançado no dia 25, após as palestras.

A 3ª Semana da Poesia é uma realização da Assessoria de Comunicação Institucional do Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte e patrocínio do Banco Itaú.

CLICK DO LEITOR



Celma Áurea Duarte

Pouco maior que o Estado do Rio de Janeiro, aninhado nas montanhas do Himalaia entre a Índia e o Tibet, está o pequenino e lindo reino do Butão. Um lugar onde a felicidade do povo é prioridade oficial, é o objetivo do rei. A capital, Timphu, é a única do mundo sem sinal de trânsito. O aeroporto é bem pequenino e só há dois horários para pouso de aviões. O minúsculo reino do Dragão do Trovão, significado do nome do país no idioma local, adotou, em 2008, a democracia. No país mais isolado do mundo, onde comercializar cigarro é crime, o turismo ainda é limitado para preservar a cultura e o meio ambiente, e a FIP - "felicidade interna bruta" - expressão cunhada pelo rei - vem norteando algumas das decisões do governo. É surreal, mas existe.

Celma Áurea Duarte - Dirsup

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.